

## Atentado Contra a Liberdade de Contrato de Trabalho e Boicotagem Violenta

Art. 198 - **Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça**, a celebrar contrato de trabalho, ou a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Trata-se de uma norma penal em branco, porque o próprio dispositivo não define o que é contrato de trabalho. Para complementá-lo, portanto, é preciso recorrer à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Observe a definição que encontramos na CLT de contrato individual e coletivo de trabalho, sendo que este último está relacionado a uma convenção coletiva de trabalho:

**Art. 442** - Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

**Art. 611** - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

Além disso, é importante destacar que o constrangimento deve ser empregado para celebrar o contrato de trabalho para que haja o crime. Caso haja constrangimento para não celebrar o contrato, não há enquadramento na conduta típica do artigo 198 do CP. Dependendo do caso concreto, essa conduta poderá ser enquadrada no art. 197, já visto, e ou no art. 203, que veremos mais a frente.

O segundo trecho do dispositivo menciona "não fornecer ou não adquirir matéria-prima ou produto". Trata-se, portanto, de boicotagem, ou seja, impedir que alguém possa conseguir ou oferecer insumos ou serviços para outrem. É importante destacar que o boicote, por si só, não é uma figura típica. Só vai se enquadrar na modalidade típica do art. 198 quando for cometido com constrangimento mediante violência ou grave ameaça.

## Classificação Doutrinária

Os delitos do artigo 198 são classificados doutrinariamente da seguinte forma:

- **Crimes comuns:** podem ser praticados por qualquer pessoa;
- **Crimes materiais:** o resultado naturalístico deve ocorrer no mundo fático para que o crime seja consumado;
- **Crimes dolosos** (não há previsão de modalidade culposa);
- **Crimes praticados de forma livre:** o delito pode ser cometido de qualquer maneira, porque o tipo penal não prevê uma forma específica para a sua execução;
- **Crimes unissubjetivo:** basta uma única pessoa praticar a conduta para a realização dele;
- **Em regra plurissubsistentes:** a conduta pode ser fracionada em vários atos e, portanto, há possibilidade de tentativa;
- **Crime instantâneo** (atentado contra a liberdade de contrato de trabalho): a consumação é instantânea, ou **permanente** (boicotagem violenta): a consumação se prolonga no tempo, enquanto está sendo praticado, está sendo consumado;
- **Crime de menor potencial ofensivo:** conforme o art. 61 da Lei n. 9.099/95, os crimes de menor potencial ofensivo são crimes em que a pena máxima não é superior a dois anos. Por isso, eles serão processados e julgados a partir do rito sumaríssimo previsto nessa lei, e também atraem para si a possibilidade de aplicação de despenalizadoras, como a transação penal e a suspensão condicional do processo.

## Atentado Contra a Liberdade de Associação

Art. 199 - **Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça**, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Nesse caso, também há uma norma penal em branco, porque há necessidade de se recorrer à CLT para compreender o que representa um sindicato ou uma associação profissional. Assim, de acordo com a CLT:

- **Sindicato:** associação profissional reconhecida pelo Poder Público como legítima e representante da classe de sindicalizados;
- **Associação Profissional:** união ou agrupamento de pessoas que se destina a defesa, estudo ou coordenação dos interesses que constituem ou integram a entidade associativa.

## Classificação Doutrinária

O delito do artigo 199 é classificado doutrinariamente da seguinte forma:

- **Crime comum:** pode ser praticado por qualquer pessoa;
- **Crime material:** o resultado naturalístico deve ocorrer no mundo fático para que o crime seja consumado;

- **Crime doloso** (não há previsão de modalidade culposa);
- **Crime praticado de forma livre**: o delito pode ser cometido de qualquer maneira, porque o tipo penal não prevê uma forma específica para a sua execução;
- **Crime unissubjetivo**: basta uma única pessoa praticar a conduta para a realização dele;
- **Em regra plurissubsistente**: a conduta pode ser fracionada em vários atos e, portanto, há possibilidade de tentativa;
- **Instantâneo** (a consumação é instantânea) ou **permanente** (a consumação se prolonga no tempo, enquanto está sendo praticado, está sendo consumado);
- **Crime de menor potencial ofensivo**: conforme o art. 61 da Lei n. 9.099/95, os crimes de menor potencial ofensivo são crimes em que a pena máxima não é superior a dois anos. Por isso, eles serão processados e julgados a partir do rito sumaríssimo previsto nessa lei, e também atraem para si a possibilidade de aplicação de despenalizadoras, como a transação penal e a suspensão condicional do processo.